

RESENHA

ECONOMIA INSTITUCIONAL: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS

SALLES, ALEXANDRE OTTONI T.; PESSALI, HUÁSCAR FIALHO & FERNÁNDEZ, RAMÓN GARCIA (Orgs.) São Paulo: Editora Unesp, 2017. 402 p.

Recebido em 14/05/2020

Aprovado em 19/06/2020

O livro *Economia institucional: fundamentos teóricos e históricos* objetiva apresentar o institucionalismo original, ou velho institucionalismo, ao público brasileiro. Essa abordagem, que procura unificar a análise econômica em torno do conceito de instituições e é caracterizada pela defesa do realismo e pelo diálogo com as demais ciências humanas, foi uma das principais escolas de pensamento da primeira metade do século XX e permanece sendo uma das alternativas fundamentais à economia neoclássica. O livro reúne doze artigos, dos quais oito são traduções de textos inéditos em português e quatro são textos escritos por autores brasileiros especialmente para a obra.

O livro é dividido em quatro partes. Na primeira parte, estão presentes três artigos clássicos de autores das primeiras gerações do institucionalismo. O primeiro capítulo do livro é o artigo clássico de Thorstein Veblen de 1898, *Por que a Economia não é uma ciência evolucionária?* Nesse texto, Veblen argumenta que o pensamento econômico predominante da época – que inclui a economia política clássica, a escola austríaca, a escola histórica alemã, o marxismo e o marginalismo – não estaria à altura da ciência moderna, de caráter evolucionário. Uma ciência evolucionária seria uma teoria de um processo, uma sequência cumulativa de eventos sem um fim pré-determinado. Nesse sentido, as diversas correntes do pensamento econômico então predominantes não seriam modernas, por apresentarem características como ênfase em direitos naturais, crença na tendência ao equilíbrio em condições ideais, concepção utilitarista da

MARCELO SOARES BANDEIRA DE MELLO FILHO

Professor Adjunto do
Departamento de Ciências
Econômicas da Universidade
Federal de São João del-Rei
(UFSJ).

E-mail: marcelosbmf@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6322-3496>

natureza humana e teleologia. Ainda de acordo com Veblen, o comportamento humano não deve ser entendido com base numa suposta natureza humana, mas, sim, a partir de convenções, métodos de vida, tradições e hábitos de pensamento (em parte herdados do passado, em parte resultantes da vida presente dos indivíduos), que consistem nas instituições.

Veblen foi uma das influências centrais para o surgimento e o desenvolvimento do institucionalismo nos Estados Unidos. O artigo *A abordagem institucional para a teoria econômica*, de Walton Hamilton, originalmente veiculado em 1919 e publicado como o segundo capítulo do livro, foi um dos primeiros textos a usar o rótulo de economia institucional para o trabalho então desenvolvido por Veblen, John R. Commons, Wesley C. Mitchell, John M. Clark, o próprio Hamilton e outros autores. Hamilton identifica cinco requisitos que a teoria econômica deveria cumprir e argumenta que apenas a economia institucional os cumpre: 1. unificar os diversos ramos da ciência econômica; 2. ser relevante para o controle, ou seja, a intervenção consciente na economia; 3. ser centrada no tema das instituições; 4. enfatizar os processos e a mudança, em vez do equilíbrio e da estática; 5. fundamentar-se em uma teoria aceitável do comportamento humano, compatível com os desenvolvimentos teóricos da filosofia, da psicologia e da política. No momento em que o artigo foi publicado, a abordagem institucional possuía grande prestígio e disputava a primazia no debate econômico nos Estados Unidos.

O terceiro capítulo é o artigo *Economia institucional*, de Commons, publicado em 1931. Nesse texto, o autor elabora sua definição de instituição enquanto “ação coletiva em controle, liberação e expansão da ação individual” e sintetiza sua análise institucional, que enfatiza as transações e a concepção de que as relações econômicas estão fundadas em decisões jurídicas.

Os demais capítulos do livro foram escritos mais recentemente, a partir de 1975, e buscam aprofundar a compreensão do institucionalismo original, comparar a abordagem com outras tendências contemporâneas – especialmente

a nova economia institucional e a economia neoclássica –, refinar e desenvolver os conceitos fundamentais do institucionalismo original.

A segunda parte do livro desenvolve o conceito de instituições. Aqui estão presentes textos de Walter Neale, Geoffrey Hodgson e David Dequech, que procuram dar mais clareza e precisão ao uso do conceito principal do institucionalismo original. Os três textos apresentam diversos pontos em comum e se complementam. Segundo os autores, instituições são sistemas de regras socialmente partilhadas de pensamento e de ação, estabelecem possibilidades e limites para a ação humana e são mutáveis no tempo e no espaço. Instituições possibilitam o pensamento ordenado, as expectativas e a ação, dão estabilidade e previsibilidade ao comportamento humano.

Instituições são estruturas tanto comportamentais quanto mentais, portanto, são ferramentas analíticas que possibilitam a superação da dicotomia entre materialismo e idealismo. Os capítulos da segunda parte do livro rejeitam as concepções de que as instituições implicam na limitação da ação individual (esta, pelo contrário, está necessariamente fundada em instituições) e de que as instituições sejam necessariamente arcaicas, ou cerimoniais, visão defendida por Clarence Ayres. Ademais, os textos de Neale, Hodgson e Dequech criticam o individualismo metodológico, argumentando que não é possível compreender a ação humana de modo independente das instituições. Não existem indivíduos vivendo em um mundo pré-institucional.

A terceira parte do livro possui artigos de Anne Mayhew, Karl Kapp e outro artigo de Hodgson, que discutem a história da escola, aprofundam a análise sobre os conceitos centrais da abordagem e a comparam com a nova economia institucional, de Ronald Coase, Oliver Williamson e Douglass North.

Mayhew analisa as origens dos trabalhos de Veblen e Commons, na virada do século XIX para o XX, período em que surgiam as corporações multidivisionais nos Estados Unidos e o país se urbanizava e se industrializava de

forma acelerada. Por sua vez, Kapp critica a falta de realismo, o individualismo metodológico, o utilitarismo e a ênfase no equilíbrio predominantes na economia neoclássica. O autor propõe o conceito, de Myrdal, de causalção circular e cumulativa (no qual os diferentes fenômenos sociais são interrelacionados e se retroalimentam) como paradigma mais adequado para o entendimento e a transformação desses fenômenos. O último artigo dessa seção procura apresentar diversas contribuições da abordagem institucional e demonstrar suas vantagens. Hodgson argumenta, por exemplo, que as abordagens institucionalistas para a explicação dos preços não se prendem a fatores universais e abstratos, tais como custo marginal, utilidade marginal ou valor agregado. Uma teoria institucionalista dos preços parte das condições de mercado, ideias, expectativas, estruturas de custos e hábitos prevalentes em dada empresa, em dado mercado ou em certo período histórico. A análise institucional também teria a vantagem de superar o projeto malsucedido de basear a macroeconomia em microfundamentos utilitaristas. Para o institucionalismo original, ao contrário, as regularidades estatísticas, ou no nível macrosocial, podem ser explicadas pelas próprias instituições, que, portanto, poderiam realizar a mediação entre os níveis micro e macro da análise econômica, como Mitchell e outros autores institucionalistas já haviam proposto. Essas importantes concepções delineadas por Hodgson, infelizmente, não foram aprofundadas no livro.

A última parte da obra também contém três capítulos, mas, ao contrário das outras seções do livro, contém apenas textos recentes, escritos especialmente para o livro por autores brasileiros. O capítulo de Octávio Augusto Conceição realiza uma avaliação da agenda de pesquisa do institucionalismo original. O autor sintetiza argumentos de Veblen, Hamilton, Hodgson e outros autores presentes em diversos capítulos do livro e reforça a tentativa de fundar a reflexão econômica no método evolucionário, também chamado de histórico, ou genético. O texto de Alexandre Ottoni Salles e Rafael Camatta busca elaborar a teoria do consumo de Veblen, muitas vezes

reduzida pela literatura ao conceito de consumo conspícuo. De acordo com os autores, além dessa célebre explicação do consumo a partir da busca de distinção social por meio da ostentação, Veblen explica o consumo de bens padronizados, desenvolvido com base na evolução da produção industrial e necessário, de um ponto de vista lógico e empírico, para que ocorra o consumo de bens diferenciados. O último texto do livro, de Felipe Almeida e Huáscar Pessali, realiza um diálogo entre as concepções de Veblen e de Edith Penrose, sublinhando como os conceitos de hábitos e instituições, do primeiro, e de recursos e serviços produtivos, da segunda, contribuem para uma teorização evolucionária, ou institucional, da firma.

O livro *Economia institucional: fundamentos teóricos e históricos* é uma obra essencial, por apresentar de modo aprofundado o institucionalismo original, uma das principais abordagens heterodoxas da economia. Diversos capítulos do livro procuram desenvolver o conceito de instituições, dialogar criticamente com a nova economia institucional e aprofundar o projeto teórico vebleniano de construção de uma ciência social evolucionária. Entretanto, como os capítulos de Hodgson e Conceição argumentam, o institucionalismo falhou em construir um núcleo teórico consistente e sistemático, como fizeram Marx, Mill, Marshall, Walras. Essa falha talvez decorra da dificuldade em articular uma teoria geral do capitalismo com o historicismo. O enfrentamento desse problema pode envolver a superação de duas lacunas presentes no livro. A primeira é a ausência de aprofundamento acerca das contribuições do institucionalismo para o entendimento e a contenção das crises e dos ciclos. Mitchell, Clark e outros institucionalistas entendiam as crises como resultado das interações entre consumidores, firmas e bancos, mediadas pelas instituições e por expectativas e sujeitas a defasagens, rigidezes e ausência de informações. Esses institucionalistas foram pioneiros da macroeconomia, tendo contribuído com a teorização dos efeitos multiplicador e acelerador, a defesa de políticas anticíclicas e a construção da contabilidade social. A segunda lacuna é a falta de um

diálogo crítico com abordagens institucionalistas heterodoxas contemporâneas, como a escola neoschumpeteriana e, principalmente, a abordagem da regulação e a escola das estruturas sociais de acumulação¹. A consolidação do institucionalismo como alternativa à ortodoxia passa tanto pela consideração dos fundamentos metodológicos da economia, questão negligenciada por essa ciência e aprofundada no livro, quanto pela reinserção do institucionalismo nos debates de temas acalorados, como a macroeconomia e a reforma social, assuntos ausentes no livro.

¹ As duas últimas escolas procuram periodizar o capitalismo e desenvolver uma macroeconomia histórica e institucional. Compreendem as formas institucionais como formas históricas nas quais se manifestam as relações sociais básicas do capitalismo, notadamente a relação capital-trabalho, o dinheiro e a concorrência.